

Panorama Político



ANC Tereza Cruvinel

20 SET 1988 O GLOBO

Pernas para a Carta

No dia 6 de novembro, o Deputado Ulysses Guimarães não será mais Presidente da Constituinte que se encerra no dia 5, mas espera ver instalada a Comissão de Transição. Ela está prevista nas Disposições Transitórias para a tarefa de propor as medidas administrativas e legislativas necessárias à nova organização institucional do País. Será composta de três Deputados, três Senadores e outros três membros indicados pelo Presidente da República. Ulysses quer vê-la trabalhando ainda este ano, para que o Congresso, que funcionará até 15 de dezembro, possa começar a apreciar as leis complementares mais urgentes. Haverá brigas pelos escassos nove assentos, é claro. Não poderia ser diferente.

A nova Constituição, que terá seu texto final votado esta semana, não ganhará as ruas apenas com o ritual de promulgação no dia 5. Além dos dez milhões de exemplares que serão distribuídos e de toda a divulgação política que terá, a Carta precisará de pernas para sair por aí, constatam Ulysses e outras lideranças. Pernas, no caso, são

as leis complementares, que tornarão exequíveis muitos dos avanços e direitos por ela instituídos. Ulysses tem confirmado as suspeitas de que vai usar a Constituição como instrumento político, mas revela também uma preocupação enorme em não deixar que ela seja apenas uma "bela estátua de mármore", conforme já disse. Quer reduzir ao mínimo os pretextos para contestação junto ao Supremo e os dispositivos pendentes, que podem caducar como alguns dos "avanços" da similar de 1946.

Para isso, impulsionará a Comissão de Transição e estimulará, por outras vias, a apresentação do maior número de leis complementares, por iniciativa dos três Poderes. A mesma estratégia foi traçada pelo PT e está sendo executada pelo Governo. No laboratório jurídico do anexo do Palácio do Planalto, o Consultor Saulo Ramos está concentrado na elaboração de projetos de leis do interesse do Executivo. Mas a atual legislatura, que se encerra em 1991, terá que trabalhar muito se quiser completar toda a ordenação jurídica necessária.